

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 207

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA
AOS 146 ANOS DA
EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO
ESTADO DO PARANÁ,
REALIZADA EM
16 DE DEZEMBRO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Tulio e Serafina Carrilho.

Às quinze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, ainda presentes inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO SOLENE.

Comemorativa aos 146 anos da Emancipação Política do Estado do Paraná.

É com grande satisfação que anuncio a composição da Mesa:

Exma. Sra. Emilia Belinati, Governadora em exercício do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Sidnei Zappa, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Carlos Roberto Santos, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Exmo. Sr. General de Brigada, Luiz Carlos Mussi, Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar, 5ª Divisão do Exército; Exmo. Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, Secretário de Estado do Trabalho e

Relações de Empregos; Exmo. Sr. Dr. Juiz Lauremir Kamaroski, representante da Exma. Sra. Dra. Adriana Mussi Cruz, Juíza Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Exmo. Sr. Dr. Onésio Mendonça e Anunciação, Presidente em exercício do Tribunal de Alçada; Ilmo. Sr. Capitão de Mar e Guerra, Francisco Aramarca, Capitão dos Portos do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Algaci Tulio, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Serafina Carrilho, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado e cantado pelo Coral Paraná.

(É executado o Hino Nacional)

“É com muita honra que esta Assembléia Legislativa abriga a solenidade comemorativa dos 146 anos de emancipação política do Paraná, celebrada pelos Poderes Constituídos do Estado. A emancipação política do Paraná fez-se com a compreensão e o apoio de valorosos compatriotas e com o empenho da laboriosa gente paranaense, que promoveu a ocupação, a colonização e o desenvolvimento da província. Que projetou o futuro numa visão de esperança e de grandeza. É, portanto, uma história do passado, como do presente e do futuro.

Neste sentido, para lembrar todos os que ajudaram a acender e manter viva a chama de nossos valores culturais, a Assembléia Legislativa do Estado presta tributo nesta solenidade: à União Cívica Feminina do Paraná que vem simbolizar uma síntese, uma expressão de todos que se empenharam e que se empenham no passado como no presente, para a vitória das causas paranistas.

E entregará a Placa-Homenagem, à Senhora Dalila de Castro Lacerda, Presidente da União Cívica Feminina do Paraná, a Jornalista Rosi de Sá Cardoso representante do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Presidente do Movimento Pró-Paraná. O Movimento Pró-Paraná que se formou e se difundiu sob os auspícios desta Assembléia Legislativa, objetiva reunir personalidades e entidades da sociedade paranaense e da comunidade em geral, visando a promoção dos interesses paranistas, mediante articulação de ações em conjunto com os poderes constituídos. Tendo colaborado de maneira efetiva para a realização desta solenidade comemorativa.”

Solicito ao Sr. Deputado, Algaci Tulio 1º Secretário deste Poder, que proceda a leitura dos termos da Placa a ser entregue à nossa homenageada Sra. Dalila de Castro Lacerda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Algaci Tulio**)

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná homenageia na data comemorativa do 146º aniversário da emancipação política do Paraná, homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à Sra. Dalila de Castro Lacerda Presidente da União Cívica Feminina

pela contribuição Cívica e Social prestada à causa paranaense.”

Assina o Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 19 de dezembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência convida a jornalista Rosi de Sá Cardoso, representante do Dr. Francisco da Cunha Ferreira Filho, Presidente do Movimento Pró-Paraná, para que proceda a entrega da placa de prata à Sra. Dalila de Castro Lacerda, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, dos movimentos sociais e cívicos em defesa da mulher do Paraná.

Convido também a Sra. Gilsa Amaral C. de Andrade para que proceda a entrega de um ramalhete de flores à nossa homenageada.

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra a Excelentíssima Sra. Emilia Belinati, Governadora em exercício do Estado do Paraná.

A SRA. EMILIA BELINATI

Excelentíssimo Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Sidney D. Zappa, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor General de Brigada Luiz Carlos Mussi, Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército; Excelentíssimo Senhor Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Dr. Juiz Lauremir Kamarowski, representante da Excelentíssima Sra. Dra. Adriana Mussi Cruz, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Excelentíssimo Senhor Dr. Onésio Mendonça de Anunciação, Presidente em exercício do Tribunal de Alçada; Excelentíssimo Sr. Capitão de Mar e Guerra, Francisco Aramarca, Capitão dos Portos do Paranaguá; Excelentíssimo Sr. Deputado Algaci Tulio, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssima Sra. Serafina Carrilho, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Paraná; Srs. Secretários, Srs. Deputados, senhora e senhores:

(Lê):

“Registra nossa história que Zacarias de Góes e Vasconcelos foi o homem que há 146 anos, criou a nação paranaense, quem primeiro instituiu, aqui, a identidade coletiva, logo depois que a antiga comarca de Curitiba foi desmembrada de São Paulo.

Zacarias, um dos mais notáveis estadistas do Império, nomeado nosso primeiro presidente, começou a transformar um território quase vazio - eram os campos gerais era a floresta, era a serra do Mar numa nação povoada por gente de todas as raças, um desafio sem dúvida

quase impossível. Por isso que se fala num Paraná inventado.

Ou como diz o livro “A invenção do Paraná”, que tive o privilégio de ler antes ainda que o professor Wilson Martins nosso orgulho maior, realizasse o seu lançamento.

“Um estado que se inventa” - diz o livro. “Uma parte do País que deixa de ser um território esquecido, anônimo, e passa a constituir-se em instrumento de representação de um grupo social apto a gerir sua própria história”. E continua: “muito mais do que a criação jurídica de um Estado, o que acontecia em meados de 1800 era a consolidação de um vínculo intergrupar numa região do País marcada pela presença de populações itinerantes.”

Era, afinal, essa a terra de todas as gentes. A nação paranaense nasceu, cresceu e se emancipou tendo como elemento básico a convivência entre os diferentes. Antes mesmo que pudéssemos apreender a essência da democracia - o respeito pelas diferenças do outro - já estávamos convivendo entre costumes, idiomas, culturas e raças diversas.

E o Paraná é constituído dessa diversidade. Quem percorre suas estradas, vai descobrir uma terra de variadas fertilidades, um verde de muitos matizes, um céu de todas as cores. Dentro dessas fronteiras, de 200 mil quilômetros quadrados onde se espalhavam à época de Zacarias de Góes e Vasconcelos, pouco mais de 60 mil habitantes, hoje se concentram 9 milhões de paranaenses.

Somos uma civilização original, formada com influências de todas as outras. Não tivemos aqui o trabalho escravo nem as tentativas de civilizar (entre aspas), nossos índios. Por sermos mais jovens, contamos com as levadas dos migrantes para abrir a mata, explorar a madeira, cultivar primeiro o mate, depois a cana-de-açúcar e o café. Os filhos e netos desses migrantes mecanizaram a agricultura e agora, novos migrantes chegam, sob novos tempos e participam da industrialização.

De uma certa forma, revivemos agora, a emancipação. Se no passado, deixamos de ser a Quinta Comarca de São Paulo para abriremos nossos próprios caminhos, hoje reprisamos a conquista da liberdade ao construir um Paraná, apto a ocupar o espaço que lhe cabe no conjunto da Federação.

Na comemoração dos 140 anos da Emancipação, o Paraná dá um grande exemplo ao Brasil. Primeiro, mostra o resultado magnífico de Fraternidade ao consolidar uma cultura formada por todas as outras, rara convivência pacífica, rica, que nem mesmo países com mil anos de história conseguiram realizar. Depois, sob a característica da perseverança, misturada à timidez, reuniu coragem, trabalho e talento. E construiu uma economia sólida, suscetível é claro, às leis, normas e projetos federativos, mas capaz de oferecer oportunidades de emprego, educação, saúde, enfim de uma vida melhor para seus filhos.

Trabalhamos muito, lutamos muito. Na data da Emancipação Política do Paraná vamos homenagear

todos os paranaenses, que dedicaram o melhor para que nós, nossos filhos e netos possam ter esperança. De Zacarias de Góes e Vasconcelos a Bento Munhoz da Rocha Neto, de Ubaldino do Amaral a Ney Braga, de Vicente Machado a Anibal Khury. São homens e nomes que construíram o Paraná de ontem e de hoje.

Porque bendida é a terra onde o povo faz sua própria seara e come seu próprio pão.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência agradece a presença da Governadora Emilia Belinati, que fez, realmente, um grande sacrifício para estar, aqui, presente nesta cerimônia, ausentase, neste momento.

E convido para fazer parte da Mesa o Senhor Secretário Chefe da Casa Civil - Doutor Pretextato Taborda.

(Aplausos)

Convido para fazer uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Carlos Roberto dos Santos, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

O SR. CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS

Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, representando Sua Excelência a Senhora Emilia Belinati, Governadora em exercício do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Sidnei Zappa, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor General de Brigada, Luiz Carlos Mussi, Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército; Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Secretário de Estado do Trabalho e Relações de Emprego; Excelentíssimo Senhor Algaci Tulio, Deputado 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; demais autoridades que compõem a Mesa, senhoras e senhores.

(Lê):

“Não é por mero acaso que no dia 19 de dezembro comemoramos a emancipação política da antiga 5ª Comarca da Província de São Paulo, que passou a se chamar “Paraná”, e a fundação da velha “Universidade do Paraná”.

A coincidência é proporcional. Ao lado de nossa autonomia política registramos nossa independência educacional. São duas vigas mestras sobre as quais se construiu a grandeza de nosso Estado, hoje a 5ª potência econômica na federação brasileira, embora tenha sido a última província criada pelo Império.

Como historiador, não tenho dúvidas atribuir ao entrelaçamento Estado-Universidade nosso forte desenvolvimento econômico. A Universidade desde o início do

século vem formando profissionais com alta qualificação, capazes de capitalizar e extrair dos ciclos econômicos da erva-mate, da madeira, do café, da soja, da pecuária, da agricultura industrializada, da indústria independente da agricultura e dos serviços, recursos para assegurar um progresso econômico e social constante, independente dos ciclos econômicos passageiros.

Poucos Estados no Brasil foram capazes disto e a qualificação pessoal está presente em todos que obtiveram melhor resultado econômico. É por isso que já disse em outra ocasião: a Universidade foi a grande invenção dos paranaenses! E digo mais: continua a ser a nossa Universidade, a Universidade do Paraná, aquela a que hoje chamamos Universidade Federal do Paraná, o grande celeiro de homens públicos, de líderes empresariais, de mestres e pesquisadores, de profissionais em todos os ramos do saber. Quantos de nós que aqui estamos não passamos pelos bancos da Universidade Federal do Paraná!

Nada mais justo, portanto, do que render nossa homenagem àqueles homens capazes de sonhar com uma Universidade no meio de uma vila que, na 2ª década deste século, não chegava a cinco dezenas de milhares de habitantes. Vinte anos antes (1892) Rocha Pombo já tentara o feito, infelizmente sepultado, diria ele, pelas “intrigazinhas políticas”. Estávamos às vésperas da Revolução Federalista e os tempos eram efetivamente conturbados. Mas estava lançada a semente.

Em 1912 Victor Ferreira do Amaral concretiza o sonho. Tinha a seu lado um grupo de homens com educação superior: Nilo Cairo da Silva, Manoel de Carqueira Daltro Filho, João Soares Barcellos, Hugo Gutierrez Simas, João Pamphilo de Assunção, Fernando Moreira, Euclides Bevilacqua, Flávio Luz e tantos outros. A economia ervateira alcançava o seu auge e o Estado precisava afirmar sua potencialidade. Acabara de sofrer dois revezes jurídicos: em 1904 e em 1906 o Supremo Tribunal Federal dera sentenças favoráveis a Santa Catarina na Questão do Contestado, causando grande mal estar entre nós, principalmente na região perdida, onde ocorreram revoltas e motins. A solução só seria alcançada, sabemos, em 1916, com um acordo entre as partes, dividindo a região disputada. A fundação da Universidade, tenho para mim, satisfazia um “inconsciente coletivo” de afirmação regional.

Quero aqui destacar a contribuição dos poderes públicos, muito embora fosse, àquela altura, a Universidade do Paraná, uma instituição privada. Era o poder público amparando a iniciativa particular, enxergando o grande auxílio que traria ao Estado.

Efetivamente, constam dos documentos básicos da fundação da Universidade do Paraná auxílio financeiro que o estado lhe dava, o exercício da Direção Honorária da Instituição pelo Presidente do Estado, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque e a doação pela prefeitura do terreno em frente à Praça Santos Andrade para a construção

de sua sede. Era Prefeito, Candido Ferreira de Abreu. Rapidamente foi construído o prédio, alvo de algumas críticas, à época, por dar as costas para a cidade e voltar-se para o campo, pois a cidade acabava ali...

Este é o mesmo prédio, com os acréscimos e as reformas que sofreu, até mesmo perdendo sua bela cúpula, o que lamenta, que sempre manteve-se vivo na alma dos que residem nesta cidade e neste Estado, de tal forma que, mais de 8 décadas depois, promovendo-se em Curitiba eleição para escolha de seu símbolo seus habitantes indicariam o velho prédio da Universidade. Sabidamente, elegeram a Educação e a Cultura como símbolos de sua cidade. Fatos assim fazem a glória de nossa terra e por isso hoje, nesta sessão, rendemos homenagem aos nossos maiores que souberam criar uma sociedade onde viver nos causa prazer e orgulho”.

Muito obrigado.

(O Coral faz sua apresentação)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Escritor e Historiador Túlio Vargas, Presidente da Academia Paranaense de Letras.

O SR. TÚLIO VARGAS

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus, na pessoa de V. Exa. cumprimento as demais autoridades que compõem a Mesa.

Desejo enfatizar a presença de representantes de várias Organizações Culturais que se encontram presentes, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Dr. Lauro; o Presidente da Academia de Cultura de Curitiba e do Centro de Letras do Paraná, Desembargador Luiz Renato Pedroso; a Presidenta do Centro Paranaense Feminina de Cultura, Sra. Coli Justen; a Presidenta do Movimento Cívico Feminina, Sra. Camila de Castro Lacerda; Sra. Presidenta Regional da Associação dos Jornalistas e Escritores do Brasil, Elê Veloso Fernandes; o Diretor Executivo do Grupo Pró-Memória, Pedro Almeida; Grupo Pró-Memória, cujo Presidente é o Dr. Francisco C. Pereira Filho; também cumprimento o Presidente Ivesten da Legião Paranaense do Expedicionário, e de modo especial, o Dr. Fernando Miranda, Presidente do Corpo Consular do Paraná.

Senhores Deputados, Senhoras e Senhores:

(Lê):

“Negligenciada por vários anos a lembrança da criação da Província do Paraná, passada em branco ao longo do tempo, o propósito de ressuscitá-la, no dia de hoje, decorre do indeclinável dever cívico que se nos impõe de cultuá-la e exaltá-la como expressão da nossa paranaensidade.

Guardamos através da história uma inexplicável timidez. (nunca fomos de gestos largos, nem euforias exageradas). Esse excesso de auto-crítica, tenha produz-

ido talvez uma certa omissão ou frieza, como fuga num processo psicológico, em relação aos acontecimentos históricos. Bento Munhoz da Rocha Neto, David Carneiro e Samuel Guimarães da Costa tentaram justificar esse fenômeno, cada qual por um ângulo específico. Atribui-se, em parte, essa responsabilidade à falta de iniciativa pública e particular na promoção dos valores regionais e do desconhecimento do povo dos antecedentes que lhe desenharam a identidade coletiva.

Enquanto nos estados limítrofes o ensino da história e da geografia regionais resulta em matéria obrigatória até nos vestibulares, no Paraná essa prática é quase inexistente e descuidada. Em recente projeto da Academia Paranaense de Letras, a professora Chloris Justen colocou o dedo na ferida dessa questão da cidadania, demonstrando o quanto são escassos os conteúdos dessas disciplinas no Sistema Estadual de Educação. (A titular da Pasta prometeu encontrar uma saída para eliminar essa falha).

O Paraná não pode continuar a ser um arquipélago cultural, cujas regiões geográficas se comportam como ilhas separadas por características próprias, que não se comunicam, nem se integram como indivisível.

Reside aí outro esforço da Academia em semear núcleos literários nas cidades do interior, de modo a eliminar essas distorções e assegurar a diplomacia da boa vizinhança.

Daí a fundação de Academias e Centros de Letras em Maringá, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, como forma de unificar uma política cultural harmônica e abrangente. As próximas cidades, Toledo, União da Vitória, Guarapuava e Araucária, serão os novos agentes desse intercâmbio produtivo e transformador.

É verdade que a globalização e a informática agravam esse quadro, descaracterizando as nossas heranças sociológicas, de modo a confundir o nosso espírito crítico e a nossa visão diante do futuro.

Invade-nos, também, o subcolonialismo cultural que atenta igualmente contra o nosso idioma, cuja pureza Bilac cantou em prosa e verso. Outro projeto, inspirado pela Academia em tramitação na Câmara Municipal, visa a coibir, a exemplo do que já faz em São Paulo e outras capitais, esses constantes erros gramaticais na publicidade em geral.

Como pode um povo defender os seus direitos fundamentais se ignora as suas próprias origens e nem se acautela das agressões que lhe subvertem a cultura e a tradição?

O estrangeirismo que avassala os nossos costumes, por exemplo, que desvaloriza a língua com a crescente opção por vocábulos estranhos ao nosso vernáculo, é outra praga a corroer os alicerces da nacionalidade.

“Toda geração deve ter uma relação imediata com a História”, para não perder o fio invisível da continuidade e do permanente. E mostrar-se vigilante quanto aos bens que se incorporaram ao seu patrimônio humano.

São essas as reflexões que nos surpreendem aos 146 anos de emancipação política, nas proximidades do novo século.

Todos nós sabemos que essa autonomia foi um demorado processo de reconquista, pois no século 17 Paranaguá deteve governo próprio, durante 51 anos, com a criação da Capitania de Nossa Senhora do Rosário.

Esgotados os interesses da Coroa, face o estiolamento das reservas auríferas e a ausência temporária da ameaça espanhola na fronteira, Paranaguá foi reintegrada à Capitania de São Paulo. Não se conformou com esse retrocesso, de constituir mera servidão de passagem entre o centro e o sul, rota dos tropeiros, um simples referencial geográfico, sem significação política, nem militar, nem de fornecer homens à Legião Paulistana para guerras que não compreendiam.

Uma nova fermentação política e reivindicatória iniciar-se-ia em 1811, quando a Câmara de Paranaguá representou, em vão, pela autonomia, junto ao Conde de Aguiar. Não havia motivos estratégicos fortes que embasassem o pedido.

Dez anos, mais tarde, a célebre Conjura Separatista, liderada por Floriano Bento Viana, sob a influência de Inácio Lustosa e Gonçalves da Rocha, conferiu novos ingredientes à tentativa de separação, mais uma vez frustrada, por falta de interesse econômico da Coroa e excesso de interesse político de São Paulo.

Mas, a história é composta também de circunstâncias, caprichos e surpresas.

Em 1942 irrompeu em Sorocaba (SP) a chamada Revolta Liberal, cuja conexão com a Revolução dos Farapos, no Rio Grande do Sul, colocaria em xeque a estabilidade do governo imperial. O presidente da Província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, negociou com os liberais da Comarca de Curitiba a promessa de assegurar-lhe a emancipação sonhada ao preço da neutralidade em face de ambos os conflitos.

Selado o acordo, passa a tramitar no mesmo ano, na Assembléia Geral o primeiro projeto de lei, com vistas a criação da Província prometida.

Sob pertinaz obstrução parlamentar da bancada paulista, o projeto fica oito anos na gaveta. Reapresentado no Senado em 1850, sofre emendas protelatórias na Assembléia. Passam-se ainda três anos para a aprovação definitiva e a promulgação em 29 de agosto de 1853, onze anos depois da primeira proposta legislativa. Uma longa travessia por mar revolto, apesar da boa vontade do Imperador, de Monte Alegre, Itaborai, Caxias e Carneiro Leão.

Torna-se, por fim, realidade o sonho de João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, Paula Gomes, Correia Júnior, Balduino Taques e José Caetano de Oliveira, este mais tarde Barão do Tibagi, e outros tantos que se empenharam pela causa.

Decisivo e definitivo foi o impulso de Cruz Machado, Carneiro de Campos, Miguel Calmon, Carneiro de Leão, visconde e depois o marquês do Paraná,

Presidente do Conselho de Ministros, Deputados e Senadores pela Bahia e Minas Gerais.

A vitória, todavia, veio acompanhada de surpresas desagradáveis. Consciente do caráter inevitável da separação, São Paulo providenciou, às pressas, uma nova divisão administrativa e judiciária, subtraindo da Comarca de Curitiba os Municípios de Cananéia e Iguape.

Uma desditosa sina perseguiu a Província na área das mutilações territoriais. Seis anos após a emancipação, surgiram dúvidas sobre a posse paranaense à margem direita do Rio Ribeira.

Criaram-se comissões entre os dois Estados para dirimir a controvérsia quanto à linha divisória, tendo como ponto nevrálgico o acidente geográfico denominado Serra Negra.

Mesmo com o laudo favorável ao Paraná, do então Presidente Epitácio Pessoa, São Paulo implantou na área sub judice o Parque Estadual de Jacupiranga, perfazendo a política do fato consumado.

Durante o Governo Médiçi foi este credenciado pelas duas Assembléias Legislativas a servir de árbitro. Em face da delicadeza da questão interestadual, o Presidente preferiu lavar as mãos, temeroso de que um novo confronto compromettesse a harmonia da federação.

Outro desmembramento do território paranaense deu-se em 1916, após anos de demanda com Santa Catarina. Vitorioso no Supremo Tribunal Federal, o vizinho Estado abocanhou cerca de 28 mil quilômetros quadrados do Paraná.

Sem prestígio federal, à altura, ao contrário de Santa Catarina que dispunha de ministros no governo, o Paraná viu sucumbir a tese do *utis possidetis*, que prevaleceu no litígio fronteiro do Brasil com a Argentina, na região de Palmas e Clevelândia, decidido pelo Presidente Cleveland, dos EEUU.

Os precedentes históricos, na maioria negativos, demonstram a fragilidade de nossas antigas lideranças em administrar crises territoriais.

O povo, infelizmente, tem guardado distância desses acontecimentos. Falta-lhe o conhecimento elementar a respeito da sua história que a escola lhe nega. Estuda a História Universal, a Guerra de Secessão, a Revolução dos Cravos, mas não sabe o que acontece na sua própria cozinha.

Importa-nos uma retomada de consciência da importância da revisão desse comportamento, principalmente agora quando se processa um redimensionamento curricular no sistema estadual de ensino.

Nesta Augusta Casa, a que serviram, como Deputados, meu bisavô Telêmaco Borba; meu pai, Rivadavia Vargas e eu próprio, renovo minha profissão de fé patriótica nos valores cívicos que compõem o patrimônio humano deste Estado, que nunca se deixou abater pela adversidade ou pela desesperança.

Este evento sugere meditação. É a oportunidade de reavaliarmos o nosso papel no processo civilizatório de

um novo Paraná que refloresce em avanços de modernidade e que depende do esforço de todos nós para consolidar o seu futuro.

Devemos fazê-lo em memória daqueles arautos que viveram pelo ideal da auto-determinação e fizeram da antiga Província o marco inicial de uma trajetória fulgurante. Termino citando as palavras do Deputado Laertes Munhoz em 1953, nos festejos do centenário: “Segue sempre nesse rumo, ó Paraná de hoje, de amanhã e do porvir. Assim as benções da Pátria mais haverão de glorificar a tua grandeza.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É com muita honra que concedo neste a palavra ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Sidney Zappa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O SR. SIDNEY ZAPPA

(Lê):

“Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Justus, Digníssimo Presidente desta Assembléia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Arquiteto Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado; Excelentíssimo Senhor Doutor Gilberto Giacóia, Digníssimo Procurador Geral de Justiça; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Quielse Crisóstomo, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas; Dignas autoridades já nomeadas pelo Cerimonial, Senhoras e Senhores.

O Poder Judiciário une-se aos demais Poderes de Estado, nesta sessão solene, em que se comemora o centésimo-quadragesimo sexto aniversário da Emancipação Política do Paraná.

Os historiadores relatam quão dificultoso foi o processo que culminou com a instalação da nossa Província, até então 5ª Comarca enfim desmembrada de São Paulo, a 19 de dezembro de 1853.

A obra preciosa de Samuel Guimarães da Costa, sobre a história política desta Assembléia Legislativa, descreve a longa caminhada até a emancipação - e a natural reserva, quase timidez, dos paranaenses, na defesa das causas paranistas.

Veio tarde, demasiado tarde, aquela conquista. Ousaria afirmar que esse comportamento, atávico, continua a nos impregnar, a todos, tolhendo as iniciativas tendentes a outorgar ao Paraná posição de merecido destaque no contexto nacional.

No judiciário não é diferente.

Em toda a nossa história, tivemos um único Ministro do Supremo Tribunal Federal, o lapeano Ubaldino do Amaral, no final do século passado.

Passados dez anos desde a instalação do Superior Tribunal de Justiça, até hoje não há um único Desembargador do nosso Tribunal que tenha ascendido àquela Corte Superior.

Estados de expressão econômica e tradição jurídica menores têm lá seus representantes. Por que não o Paraná?

A História, Senhores é uma cobradora infatigável.

Acesso à Justiça é apanágio da cidadania.

“No sistema republicano, em que a soberania pertence ao povo, o Executivo formula seus planos, organiza a gestão e os executa, na pretensão, nem sempre fundada, de que o faz de acordo com o interesse popular. Por sua vez, o Legislativo elabora e vota as leis, procurando atender as demandas populares. Executivo e Legislativo, efetivamente governam pelo povo e para o povo, mas somente os tribunais governam com o povo, porque localiza-se exatamente aí o derradeiro baluarte da cidadania. Derradeiro baluarte da cidadania. Que se cair, levará consigo toda a estrutura democrática do Estado moderno, tão penosamente erigida através dos tempos”.

Tais palavras, proferidas pelo Governador Mário Covas, induzem-nos à reflexão.

A independência e harmonia entre os Poderes não pode situar-se no plano apenas retórico.

As ordens judiciais, no Estado Democrático de Direito, devem ser cumpridas. O direito à propriedade é cláusula pétrea da Carta da República. O respeito à ordem - e a filosofia positiva é axiomática - há de ser pressuposto inafastável para a evolução social.

Há 146 anos adquirimos autonomia política. Todavia, muito ainda falta para conseguirmos prestar, de modo apenas razoável, a tutela jurisdicional ao nosso povo.

Basta rememorar que, no próximo dia 8 de janeiro, fará vinte anos que Curitiba conta com as mesmas vinte e uma Varas Cíveis, quatro de Família e quatro da Fazenda Pública - exatamente o número que possuía em 1980.

Estamos às vésperas do sesquicentenário da nossa emancipação - e Curitiba, conhecida no mundo inteiro pela excelência de suas soluções urbanas - ainda não tem um Fórum!

Por isso, o Judiciário é alvo de críticas, que não podem ser ignoradas.

Reformas fazem-se necessárias - e urgentemente. Para tanto, contamos com o imprescindível apoio dos Poderes Legislativos e Executivo.

Há uma verdade sabida e hoje esquecida por alguns: o que o Estado faz pelo Judiciário não entra na categoria de gastos, mas de investimento.

Assumi a chefia do Poder Judiciário, em fevereiro deste ano, na condição de síndico de uma massa falida.

Hoje, mercê do apoio do Governador Jaime Lerner, as dívidas foram quitadas, restaurou-se a normalidade administrativa. Da monolítica união de nossas forças, resultará a Justiça que o Povo espera e merece.

Asseguro a Vossas Excelências que os Juizes do Paraná tem a disposição de trabalhar e participar dessa transformação.

Haverá de surgir um novo Judiciário. Ágil, aparelhado, acessível. A Justiça a qual todos aspiramos.

Os próceres da Emancipação Política legaram-nos exemplos imorredouros.

O idealismo de Paula Gomes. a coragem de Bento Vianna e Correia Júnior. A habilidade política de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná.

A veemência de Miguel Calmon, o Marques de Abrantes.

O prestígio do mineiro Cruz Machado. O brilho de Zacarias de Góes e Vasconcellos.

O heroísmo do General Carneiro, no Cerco da Lapa.

Do amálgama dessas personalidades diversas há de brotar nossa inspiração para que continuemos a amar este nosso Estado, a trabalhar por sua gente, a ter orgulho de ser paranaense.

Muito obrigado.”

(É executada a música “A Gralha Azul”)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência deseja neste momento cumprimentar a todos os componentes da mesa, a todas as autoridades aqui presentes, aos Deputados Basílio Zanusso, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Cesar Seleme, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Serafina Carrilho, Algaci Túlio, ao Deputado Federal Gustavo Fruet, ao Secretário Heinz Herwig, ao Presidente da SANEPAR, R. Teixeira, ao Engenheiro Paulo Maranhão, ao engenheiro José Geraldo Alves, ao Barachio, ao Hécio Couto, ao Luiz Alberto Pereira, a todas as autoridades mencionadas, a todas as senhoras, aos senhores, a esse extraordinário Coral, à Banda da Polícia Militar.

(Lê):

“É um privilégio para esta Assembléia Legislativa abrigar a solenidade comemorativa da Emancipação Política do Paraná, celebrada pelos Poderes Constituídos do Estado. Memorável solenidade onde nos penetra uma força renovada, que emerge da substância dos acontecimentos históricos.

Entre os fatos que delimitam a história paranaense nenhum excede em importância ao dia da nossa Independência. Cento e quarenta e seis anos de lutas, também de sucessos, de paranaenses, de brasileiros de todos os rincões da Pátria, e cidadãos de todas as partes do mundo.

Até 1853, o território que constitui hoje o Estado do Paraná era o vasto e distante território da 5ª Comarca, suas riquezas florestais, a fertilidade prodigiosa do solo, imensos campos.

A partir de uma Comarca delegada pelo Império, a partir de uma Província incipiente e pobre, de um território escassamente povoado, paranaenses e gente de

todas as terras ergueram, neste quase século e meio, um dos mais eloqüentes exemplos de bravura, pioneirismo, trabalho e prosperidade. Demonstraram, desde logo, que os paladinos da Emancipação tinham sobradas razões para criar dentro do Império uma nova província; para colocar uma nova estrela na Federação Brasileira; para que tivéssemos um Paraná independente; seus Poderes, constituídos; o comando sobre si mesmo através de líderes escolhidos nas eleições provinciais e, após 1889, nas eleições estaduais.

Com a criação da Província nasceu também o Poder Legislativo do Paraná, instalando-se, em 1854, a Assembléia Legislativa Provincial: os paranaenses iam trilhar seu próprio caminho. Não faltaram aos Presidentes Provinciais o incentivo e o apoio da Assembléia Legislativa Provincial, que buscassem o desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural dos paranaenses.

Senhoras e Senhores, longe se vão os tempos em que o Paraná, como no dizer de Wilson Martins, buscava fazer-se perdoar, pelo simples fato de existir, passando longo período na reafirmação reiterada e desnecessária de sua brasilidade. O Paraná nasceu tardiamente como entidade política e pagou por um século a condição de minoridade.

Hoje o Paraná tem sua identidade própria, identidade regional, maneira pela qual deve construir sua história. Identidade não fundada na geografia, na etnia, no berço, mas, sim, num projeto de construção paranaense, que, no dizer de Lopes Pereira, vincula o desenvolvimento e a modernização do Estado, ao trabalho daqueles que têm uma afeição sincera e uma sólida crença nos valores e nas potencialidades do Paraná. É o paranismo, como se chamou, essa espécie de consórcio espiritual do homem com sua terra. Gerações anteriores se sucederam, ate construirmos a realidade de hoje: um Estado respeitado, dinâmico, dos mais progressistas da Federação Brasileira, de grandes conquistas em todos os campos da atividade humana, e que vive a fase mais elaborada de seu processo de desenvolvimento.

O Paraná de hoje deve justificar plenamente o idealismo dos filhos da 5ª Comarca.

Nosso trabalho, nosso exemplo, devem repercutir para o futuro, como estímulo ao prosseguimento dessa grande obra, porque a Emancipação Política, a Independência - como a liberdade - não é uma proclamação, não é um ato jurídico, não é um fato histórico acabado. Buscada com denodo, conquistada com mérito, deve ser ainda defendida e confirmada dia a dia, na preocupação constante com o desenvolvimento e com o bem estável da comunidade paranaense.

Temos um grande compromisso com o Paraná, porque o presente nos encarregou de edificar aqui um modelo de Estado.

Que as lições e o idealismo do “19 de Dezembro” nos sensibilizem e nos guiem.”

(O Coral Paraná faz uma homenagem aos paranaenses e principalmente ao grande compositor paranaense Bento Mussurunga)

(É executada a música “Luar da Mata”)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ao agradecer a todas essas pessoas, que de uma maneira muito positiva, direta ou indiretamente, alguns até anonimamente ajudaram com que esta solenidade tivesse, alcançasse o seu real objetivo, o nosso profundo agradecimento.

Apenas uma corrigenda, que ao anunciar o Deputado Gustavo Fruet, anunciei o seu pai Maurício Fruet, que, aliás, seguramente, está presente aqui entre nós, neste momento.

Quero agradecer também a nossa Governadora Emilia Belinati, ao seu representante, Doutor Pretextato Tabora Ribas e ao Desembargador Sidnei Zappa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, e todas as autoridades civis, militares, eclesiásticas, e representantes do Corpo Consular, como a todos os presentes, que, sem dúvida nenhuma, honraram esta Casa e esta solenidade.

Convido a todos a ouvirem o Hino do Paraná, a ser cantado pelo nosso Coral e executado pela Banda de Música da Polícia Militar, após o que estará encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a sessão.